

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.143 - RS (2012/0070604-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MARIA DE LOURDES RUSCHEL E OUTROS
ADVOGADO : MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Verifico que a discussão insere-se em tema concernente à "incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da expedição do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento", com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em processo representativo de controvérsia recebido sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015 (TEMA 1.037, RE n. 1.169.289/SC, DJe 16.04.2019).

A ementa do acórdão assim delimitou a matéria:

JUROS DA MORA – REQUISIÇÃO OU PRECATÓRIO – PERÍODO DE INCIDÊNCIA – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – ADEQUAÇÃO REPERCUSSÃO GERAL – CONFIGURADA.
Possui repercussão geral controvérsia alusiva à incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento.

(RE 1169289 RG, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 14/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 15-04-2019 PUBLIC 16-04-2019)

Em regra, o reconhecimento da repercussão geral, com fulcro no art. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015, não tem o condão de sobrestar o julgamento dos recursos especiais com idêntica controvérsia.

Contudo, por medida de economia processual, e para evitar decisões dissonantes entre o Supremo Tribunal Federal e este Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da matéria devem aguardar no tribunal de origem a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente após essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, o recurso especial deve, se o caso, ser encaminhado a este Tribunal Superior para análise das questões jurídicas nele suscitadas e, porventura, não prejudicadas pelo novo pronunciamento da Corte *a quo*.

Superior Tribunal de Justiça

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário acima identificado, a fim de ser realizado ulterior juízo de conformidade e/ou retratação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

